

**PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**  
uma **Construção Coletiva**

Relatório

**VERSÃO PARA  
DISCUSSÃO**

# A VOZ DAS ESCOLAS

Contribuições das escolas da rede pública, a partir da análise do Documento 2 Estudos Temáticos para o PEE PR, realizada entre out./2004 e fev./2005, sob a coordenação da SEED/NREs.

---

Curitiba  
Abril 2005



## SUMÁRIO

### **NÍVEIS DE ENSINO**

EDUCAÇÃO INFANTIL  
ENSINO FUNDAMENTAL  
ENSINO MÉDIO  
ENSINO SUPERIOR

### **MODALIDADES DE ENSINO**

EJA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
EDUCAÇÃO ESPECIAL  
EDUCAÇÃO ESPECIAL  
EDUCAÇÃO INDÍGENA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO

### **EDUCAÇÃO BÁSICA- CURRÍCULO**

EJA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
EDUCAÇÃO ESPECIAL  
EDUCAÇÃO INDÍGENA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO

### **TEMAS**

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO  
FINANCIAMENTO/GESTÃO/INFRA-ESTRUTURA  
MEIO AMBIENTE  
SAÚDE E SEXUALIDADE  
ESPORTE  
EDUCAÇÃO PARA A PAZ

# Níveis de Ensino

Críticas e/ou ajustes	Sugestões e/ou incorporações
<h2>Educação Infantil</h2>	
	Expandir a Educação infantil para a modalidade Educação do Campo. Realizar estudos com os professores da Educação Infantil sobre esta modalidade de ensino.
No diagnóstico incluir levantamento dos dados da Educação Infantil no Estado.	
Falta de integração entre os sistemas estadual e municipal.	Cursos de formação e grupos de discussões entre professores da rede municipal e estadual.
Com relação à manutenção das creches, vê-se que muitas responsabilidades não estão definidas.	Definir quem realmente deve manter as creches.
Especificar no texto quem será a mantenedora financeira da Educação Infantil. De onde sairão os recursos para sua ampliação?	
	<p style="text-align: center;"><b>Página 11</b></p> <p><b>Item 2.</b> Retirar "não seja apenas uma das sábias estratégias", e substituir a palavra "obrigação" por dever.</p> <p><b>Item 11.</b> Substituir o parágrafo integralmente, ficando:</p>

	<p>Garantir que em todas as instituições de Educação Infantil, os dirigentes possuam curso de graduação em pedagogia ou curso de pós-graduação em educação, admitida como formação mínima o nível médio na modalidade normal.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Página 12</b></p> <p><b>Item 09.</b> Sugerimos que o governo ajude a custear a graduação dos atendentes, pois a maioria não ganha o suficiente para manter um curso superior numa instituição particular, e na universidade pública nem sempre é possível entrar, ou então revejam o prazo de 5 anos.</p> <p><b>Item 10.</b> Sugerimos retirar a palavra esporte, e substituir por outra que não dê a conotação de competitividade (lúdico).</p> <p><b>Item 11,</b> letra a. Substituir o item a por: ...espaço interno, com iluminação adequada, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica, água potável, esgotamento sanitário e segurança.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Página 13</b></p> <p><b>Item 16.</b> Suprimir "privilegiando... até desenvolvimento", acrescentando "estimulando a criatividade e a autonomia da criança".</p> <p><b>Item 20.</b> Sugerimos que seja explicitado qual a finalidade do levantamento técnico.</p> <p><b>Item 22.</b> Complementar com as palavras: " e através e eleição."</p> <p><b>Item 27.</b> Substituir "da Deliberação n.º 003/99 do CEE" por, das normas que definem a Educação Infantil.</p>

# Ensino Fundamental

## Página 15

**1º princípio do E. F.** acrescentar a palavra efetivação e retirar o final "da escola pública".

**2º item, 2ª coluna.** Substituição da palavra atenção.

**3º parágrafo, 2ª coluna.** Acrescentar o prazo para que a avaliação do PEE aconteça.

## Página 19

### Em objetivos e metas, incluir:

"Facilitar à comunidade escolar o acesso às informações enviando cartazes e correspondências quanto a projetos e outros informes, uma vez que, na maioria das vezes, encontram-se disponibilizados via internet, sendo que a maioria dos trabalhadores da educação e as próprias escolas não tem acesso fácil a internet, bem como melhorar a sua carreira e o seu salário."

### Item 03. 1ª coluna; penúltimo item.

**Redação:** Garantir adequações ao atendimento de qualidade, inclusive aos alunos com necessidades especiais.

**Nova Redação:** Assegurar a oferta dos cursos noturnos do Ensino Fundamental e garantir adequações ao atendimento de qualidade aos alunos do Ensino noturno, inclusive aos com necessidades especiais.

### Item 9, 1ª coluna.

**Redação:** Instituir mecanismos de avaliação interna e externa para Ensino Fundamental, com participação de todos os envolvidos nesse processo, por meio de uma dinâmica democrática, legítima e transparente, entendendo que os resultados são produzidos historicamente.

**Nova Redação:** Instituir mecanismos de avaliação interna e externa para Ensino Fundamental, com participação de todos os envolvidos nesse processo, por meio de uma dinâmica democrática, legítima e transparente, entendendo que os resultados são produzidos historicamente, levando-se em conta a especificidade de cada região e a

### Em objetivos e metas:

Acrescentar:

Garantira proficiência / letramento de pelo menos 80% dos alunos, nos primeiros 2 anos;

1. Quanto ao domínio do código (Leitura, compreensão, produção de texto) e proficiência em Matemática:

- a) Ao final do 2ºano o aluno deverá atingir, pelo menos, os níveis 3 e 4 da escala do SAEB – Intermediário;
- b) Ao final da 4ª série o aluno deverá atingir, pelo menos, o nível 5 da escala do SAEB – Adequado;
- c) Ao final da 6ª série, o aluno deverá atingir, pelo menos, os níveis 4 ou 5 da escala da SAEB – Intermediário;
- d) Ao final da 8ª, o aluno deverá atingir, pelo menos, os níveis 6 ou 7 da escala do SAEB – Adequado;

2. Quanto ao monitoramento dessas proficiências:

- a) Cabe às mantenedoras (Estado/ Município/ Escolas Privadas) instituir mecanismos de avaliação interna e externa para o Ensino Fundamental no Estado do Paraná, de forma que possa efetivamente conhecer os dados reais e locais, por meio de dinâmica democrática, legítima, transparente, entendendo que os resultados são produzidos historicamente e portanto mudável.
- b) Após os diagnósticos levantados, abrir espaço para amplo debate com a comunidade escolar e estabelecer metas e ações para solucionar os problemas detectados, através do apoio teórico – prático das I.E.S (Federais, Estaduais e Particulares) para capacitar professores nos conteúdos em que os alunos demonstram dificuldades.

<p>realidade da escola.</p> <p><b>Último item, 1ª coluna.</b> Substituir "programa estadual" por "condições" Criar condições para eliminar...</p> <p><b>Item 3, 2ª coluna.</b> Suprimir: "das classes populares".</p> <p><b>Item 7, 2ª coluna.</b> Substituir o termo "aprendizagem" por: ...de apoio a todas as séries do Ensino Fundamental como forma...</p> <p><b>Item 7, 2ª coluna.</b></p> <p><b>Redação:</b> Expandir as salas de apoio à aprendizagem como forma de garantir uma aprendizagem de qualidade.</p> <p><b>Nova Redação:</b> Expandir as salas de apoio à aprendizagem, a todas as do Ensino Fundamental, independente do número de turmas, como forma de garantir uma aprendizagem de qualidade.</p> <p><b>Item 8, 2ª coluna.</b> Iniciar o parágrafo com a seguinte redação: Facilitar o acesso do trabalhador em Educação em cursos oferecidos pelas IES, priorizando sua entrada (Graduação, Especialização, mestrado, doutorado), estabelecendo parcerias...</p> <p><b>Item 11, 2ª coluna.</b> Substituir o texto por: Estabelecer, no calendário escolar, um número de dias para que o trabalhador em Educação possa ausentar-se da escola para a participação em cursos, aprimorando a sua formação.</p> <p><b>Item 12, 2ª coluna.</b> Alterar texto por: Ampliar a demanda da equipe pedagógica das escolas, disponibilizando outros profissionais, como: Psicóloga, Assistente social, inspetor de alunos e bibliotecária.</p> <p><b>Item 13, 2ª coluna.</b> Suprimir o item inteiro ("...alunos imaturos para as disciplinas citadas.").</p> <p><b>Item 15, 2ª coluna.</b> Esclarecer o item. "Evitar, sempre que possível a nuclearização das escolas".</p>	
<p>Garantia e efetivação da educação pública, gratuita e universal para todos os alunos.</p>	<p>Implantar E.F. de nove anos, conforme orientação do Governo Federal.</p>
	<p>Criação de comissões interinstitucionais para acompanhamento e fiscalização da execução dos programas sociais e políticas públicas relacionadas ao campo da Educação. Instituição de equipes regionais para acompanhamento e fiscalização da</p>

	<p>aplicação dos recursos do FUNDEF. Otimizar os conselhos da comunidade escolar para fiscalizar o uso dos recursos da Bolsa Família e do FUNDEF.</p>
<p>Falta de fiscalização, por parte da sociedade em geral e comunidades escolares em especial, dos programas sociais existentes e política públicas em execução. Além de assegurar os 10% dos recursos destinados Educação, garantir a execução do Programa Bolsa Família.</p>	<p>Determinar que o número máximo de alunos por turma deve ser de 30 alunos.</p>
	<p>Determinar o n.º máximo de alunos por série ou ciclo. Sugestão: 1ª e 2ª séries – 25 alunos 3ª e 4ª séries – 30 alunos 5ª e 6ª séries – 35 alunos 7ª e 8ª séries – 40 alunos</p>
<p>Especificar número máximo de alunos por turma.</p>	<p>Fazer com que a proposta de 25 alunos por turma, saia do papel e seja realmente cumprida, pois acreditamos ser este o primeiro passo para a melhoria da qualidade de ensino. Estabelecer normas para agrupamento de crianças por faixa etária, fase, número de crianças etc. Prover as Escolas com infra-estrutura adequada. Construção de laboratórios, salas-ambiente e provimento de material didático para todas as disciplinas. Aquisição de materiais relacionados a História e Geografia do Paraná e Arte Paranaense.</p>
<p>Necessidade estabelecimento número mínimo e máximo de alunos por turma. 15 a 25 alunos Educação Infantil; 20 a 25 no Ensino Fundamental e 30 a 35 no Ensino Médio. Infra-estrutura inadequada dos prédios escolares que atendem o Ensino Fundamental.</p>	<p>Que o Calendário Escolar seja flexível ( de acordo com a realidade de cada escola).</p>
	<p>Garantia sala de apoio em todas as escolas no contraturno; Recuperação paralela em outro turno</p>
<p>Criação de demanda no contraturno para contratar professores que atendam os alunos que apresentem dificuldades, assim como de de salas de apoio com infra-estrutura adequada para o desenvolvimento deste trabalho.</p>	<p>Concurso público para contratação de pessoal administrativo e serviços gerais para vagas existentes; Efetivar os profissionais administrativos e serviços gerais que já prestam serviço para o Estado.</p>

	Regulamentar propostas que permitam que os coletivos de professores e equipes técnicas das escolas nelas permaneçam por mais tempo, evitando, assim a rotatividade constante.
Insuficiência de pessoal administrativo e serviços gerais. Rotatividade de professores nas Escolas.	Garantia de transporte adequado e suficiente para todos os alunos que dele necessitem.
Transporte escolar inadequado para os alunos provenientes da zona rural e para aqueles que residem muito longe das escolas.	Retirar o sistema de promoção automática e a progressão parcial pois prejudica a qualidade do ensino.
Promoção automática e progressão parcial.	Garantir sala de apoio do Estado para todas as escolas de educação infantil, enquanto ainda estiverem sob sua jurisdição.
Falta de capacitação para os professores que trabalham especificamente com a Educação Infantil.	Maior disponibilização de materiais didáticos e de apoio à formação dos profissionais da educação.
Parcerias entre Escolas e IES, para efeitos de formação continuada dos e fomento à pesquisa sem ônus, além do custo operacional, para ambas.	
Existência de muitos profissionais atuando sem a formação adequada.	Garantia de professores formados atuando na disciplina específica. Garantir capacitação por bimestre nas áreas específicas.
Não municipalização do ensino de 1ª a 8ª séries.	Os municípios não possuem infra-estrutura adequada para dar suporte às demandas requeridas. A nuclearização também não tem dado resultados satisfatórios.
Falta de integração entre os sistemas estadual e municipal.	Cursos de formação e grupos de discussões entre professores da rede municipal e estadual



## Ensino Médio

### Página 27

1. Metas e ações. Item 1. Ao nível da escola, 5% de redução da taxa de repetência e evasão é possível, mas no âmbito do Estado é difícil, uma vez que este índice levou 10 anos para ser atingido.
2. Itens W e X. Suprimir.
3. Item 3. Acrescentar as seguintes metas:
  - a) Implantação do programa da merenda escolar para o Ensino Médio.
  - b) Obrigatoriedade do Ensino Médio.
  - c) Garantir um Plano de Estado e não de governo para o Ensino Médio.
  - d) Construção coletiva do Currículo Básico do E.M. estabelecendo os conteúdos a serem trabalhados.
  - e) Construção coletiva do Currículo Básico com o objetivo de integrar o conhecimento científico no Ensino Médio.
  - f) Vinculação da alfabetização científica com a comunidade.

1. Excluir na redação: "5%".

Elevação da média para 7,0.

Ampliação do acervo da BEM.

Universalizar o E.M. e reduzir a reprovação a cada ano.

Parcerias entre escolas e empresas; a melhora da qualidade está vinculada a maiores investimentos.

Que este PEE preveja mecanismos para que os Estabelecimentos , através das comunidades que os compõem, tenham o direito de dizer não aos programas e projetos que extrapolam, desviam ou interrompem o verdadeiro papel da Escola.

A constatação de que a situação do E.M. é crítica deve aparecer no diagnóstico.

Alguns bibliotecários não estão preparados para desempenhar sua função.

- Formação continuada com maior qualidade para professores e/ou profissionais que assumam esta função.
- Formação continuada para bibliotecários e atualização do material

	para pesquisa.
Dificuldades por não haver verbas específicas para o Ensino Médio.	Verbas para o Ensino Médio incluindo a distribuição de livros didáticos e material de apoio, o transporte e a merenda escolar. Fornecimento de material didático não apenas para o Núcleo Comum, mas também para a parte diversificada.
1. Professores despreparados para o trabalho com alunos especiais. 2. Os alunos reprovados não recebem o atendimento direcionado para suas dificuldades	1. Ofertar cursos e oferecer subsídios os professores e às escolas para o trabalho com alunos especiais. 2. Atendimento especial para os alunos reprovados.
1. Salas superlotadas e falta de infra-estrutura física prejudicam a qualidade do ensino. 2. Barateamento do ensino médio regular devido a progressão acelerada (PAC/CEEJA –Cursos a distância)	1. Limite máximo de 25 alunos por sala. 2. Garantir aos alunos do ensino noturno atendimento de qualidade / adequar o horário da escola à realidade do aluno trabalhador/ Projetos diferenciados Além de fornecer estrutura física (laboratório de química e informática), fornecer condições de uso e pessoal técnico para trabalhar). 2. 1. Currículo do E.M. noturno deve ser diferenciado. Sugere-se 4 disciplinas por semestre..
1. O Ensino Médio não apresenta perspectivas para os alunos. Não profissionaliza e não prepara para o vestibular. A carga horária das disciplinas básicas é restrita e a avaliação (ENEM) é conteudista.	1. Mudança na matriz curricular, maiores investimentos no E.M. e incentivo aos cursos profissionalizantes.
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Redução da taxa de reprovação, não apenas para efeitos estatísticos, mas com critérios para que o aluno domine um mínimo de conteúdos para ser aprovado.</li> <li>•Incoerência nas bases legais do Ensino Médio; regularização dos ensinos fundamental e médio ( noturno ) – as turmas estão sendo fechadas, e há disponibilidade de funcionamento apenas para o Ensino Médio regular.Com o fechamento de turmas gera-se, por outro lado, o problema da superlotação das turmas remanescentes.</li> </ul>	
Falta de integração entre E.M, Ensino Profissional e Ensino Superior.	?Integração entre alunos e professores do EM e Ensino Superior mediante projetos coordenados pela SEED. ?Implantação urgente de cursos subsequentes e integrados ao Ensino Médio.
Adequar as escolas que ofertam o Ensino Médio e não estão reconhecidas, com a estrutura mínima prevista em Lei, ou seja, demanda de professores, laboratórios	

de ciência e informática, biblioteca, equipe pedagógica e auxiliares técnicos, a partir de 2005.	
O desempenho insatisfatório no AVA demonstra a necessidade de revisões no currículo e na estrutura do E.M.	
O sistema SERE deve ser revisto pois joga a nota sempre para o máximo da menção.	
Rever o diagnóstico do E.M. apresentado no Documento 2. Conferir as fontes de dados e os textos que os interpretam. Procurar relacionar os objetivos e metas para E.M. postos no PEE aos resultados já detectáveis do processo de elaboração do currículo deste nível de ensino.	
Adotar medidas imediatas para promover uma discussão com todos os componentes da comunidade escolar sobre o processo da avaliação escolar, entendendo-a como uma necessidade para detectar falhas no processo e permitir ajustes, desmistificando os conceitos de classificação e exclusão.	

# Ensino Superior

<p>1.Fortalecer o ensino superior de modo a garantir uma formação inicial e continuada dos professores, em concordância com as diretrizes para o Ensino Fundamental e Médio;</p> <p>2.Enviar esse material (Voz das Escolas) para as universidades públicas para que os profissionais do ensino superior trabalhem em sua análise e enviem sugestões.</p> <p>3.Organizar cursos para a formação pedagógica dos professores do ensino profissionalizante que forem efetivados na Rede Estadual.</p>	<p>1. Referimo-nos à Educação superior Pública do PR. Cremos que as universidades devam desempenhar seu papel baseado em diretrizes de formação acadêmica, que associe à formação profissional sólida, formação humanística, política e cultural.</p> <p>3. Criar programas de formação continuada.</p> <p>3.1. Qualificação do quadro docentes passa preparar os futuros profissionais da educação.</p> <p>3.2.Reflexão na área humanas valorizando o aluno/cidadão/professor de forma global com formação humana/cidadã. Informativo, preparatório com visão futura. Os nossos profissionais são desvalorizados pelos baixos salários, pelo tratamento de omissão do poder público e sociedade em geral: uma boa formação pode contribuir para a reversão deste quadro.</p>
<p>Assegurar parcerias entre IES, escolas municipais e estaduais.</p>	
	<p>Que as IES insiram em seus currículos as temáticas relacionadas à EJA.</p>
<p>A formação Acadêmica deveria capacitar os professores para a pratica de ensino.</p>	<p>Mudança da metodologia de ensino, sobretudo nos cursos de licenciatura, é o ponto fundamental para a construção de uma educação pensante, avessa à alienação da reprodução irrefletida.</p>
<p>Acredita-se ser papel das IES: Compartilhar, promover e multiplicar o saber, criando mecanismos para que a sociedade evolua por meio da reflexão e solução de seus problemas.</p>	<p>Os alunos de licenciatura devem ser ensinados a ensinar, visto que as metodologias atuais do ensino superior são incapazes de formar professores.</p>
<p>Distância de concepções de educação das IES e SEED.</p>	<p>?Prestação de serviços à comunidade.</p> <p>?Destinar 60%das vagas das Universidades Estaduais para alunos oriundos da escola pública.</p> <p>?Criar programas de aproximação entre as Instituições de Ensino Superior e os Profissionais da Escola Pública.</p>

<p style="text-align: center;"><b>Página 34</b></p> <p>Procurar adequar redação dos tópicos referentes aos itens 1 e 2, de modo que contemplem:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A importância da pesquisa e da extensão.</li> <li>2. O acesso mais dinâmico aos bens científicos.</li> <li>3. Postura ética necessária ao profissional do E.S., sobretudo público.</li> <li>4. Universidade como agente de <b>promoção</b> da (e não de, apenas, "contribuição para") transformação social.</li> </ol>	
<p>Necessidade de maior comprometimento dos professores responsáveis pela formação de professores e profissionais ligados à educação Ensino Superior.</p>	<p>Mudanças estruturais e metodológicas nas IES, sobretudo as públicas afim de propiciar melhor formação para os docentes e demais profissionais da educação.</p>

# Modalidades de Ensino

## EJA

	Incluir no currículo da EJA as disciplinas de Ética e de Filosofia.
	Garantir a continuidade dos PACs.
	Garantir a gratuidade dos materiais didáticos para a EJA.
	Participação dos professores da EJA na elaboração dos materiais didáticos.
	Rever política de aprovação da EJA.
	A SEED deve fiscalizar todos os cursos de EJA à distância.
	Horário diversificado para a EJA presencial, turno da tarde, para atender os educandos que trabalham a noite.
	Assegurar, através de políticas específicas, a menor rotatividade possível de professores nos cursos de EJA. Só assim os programas de formação destes docentes terão algum êxito.
<p style="text-align: center;"><b>Página 42</b></p> <p><b>1ª frase da 1ª coluna.</b> Verificar construções confusas: (Constatamos também... desta população.)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Página 42</b></p> <p><b>Primeira coluna, último item.</b> Acrescentar ao final item " ,a própria prática pedagógica, como também a situação sócio-econômica e cultural do aluno".</p> <p><b>2ª coluna, 2º item. Incluir :</b> ...sociedade civil diretamente envolvida na temática, com garantia de financiamento pelo poder público.</p> <p><b>2ª coluna, 2º item.</b> Acrescentar no final: "... de seus professores, organizadas e executadas pelo Poder Público".</p> <p><b>2ª coluna, meta 1.</b> Acrescentar: ... respeitando integralmente o aproveitamento dos estudos adquiridos pelos alunos, até que sejam...</p> <p style="text-align: center;"><b>Página 43</b></p> <p><b>1ª coluna, item 6.</b> Acrescentar : adotar uma metodologia e currículo adequado ao perfil do aluno de 14 a 18 anos, a fim de suprir as carências de sua formação, com profissionais capacitados especificamente para essa</p>

finalidade.

**Item 13:** Não está claro: Qual será a metodologia utilizada? Como e onde serão atendidos?

**Em metas, páginas 42 e 43, acrescentar:**

1. Articular ações com a sociedade jurídica ( empresas que empregam os alunos da EJA ) para garantir que sejam respeitados os horários de trabalho dos alunos oferecendo condições favoráveis ao acesso e permanência na escola;

2. Que a EJA participe igualmente de benefícios que são concedidos a outras modalidades de ensino.

3. No que se refere a Educação de Jovens e Adultos, que se reveja o item alusivo a idade mínima de ingresso. Que a idade mínima para ingresso, preferencialmente, de 18 anos para o Ensino Fundamental e 20 anos para o Ensino Médio, a fim de que não haja interrupção nos estudos do aluno.

4. Rever o apoio pedagógico aos municípios Fase I: Reestruturar a avaliação fase I, uma vez que a atual é tradicional, não levando em consideração o aluno e sua aprendizagem. Sugere-se que a avaliação seja contínua.

5. Garantir professores com experiência em Educação de Jovens e Adultos.

6. Material didático adequado;

7. Material gratuito para os alunos;

8. O Estado deve vincular recursos para a Educação de Jovens e Adultos.

**Em ações (página 43, 2ª coluna) :**

**Item 2.** Acrescentar após “adequados aos alunos”, a expressão “custeados pelo poder público”.

**Item 2.** Considerar sugestões, abaixo:

1. Ficar sob a responsabilidade do estado a produção e a garantia de materiais didático-pedagógicos adequados aos alunos para cursos do ensino fundamental e médio a partir de 2005.

2. Oficinas internas nas escolas.

3. Manter a idade de matrícula em anos 14/15 anos para o Ensino Fundamental e 17/18 anos para o Ensino Médio.

4. Diante do quadro de alunos com necessidades especiais e até mesmo dependentes químicos faz-se necessário a contratação pelo Estado de um psicólogo e psicopedagogo para orientar professores e alunos;

5. Concretização no menor prazo possível das propostas contempladas no PEE.

6. Repassar a escolas Públicas e aos Centros Educacionais que ofertam EJA

	<p>recursos materiais e financeiros integrais, equivalentes aos destinados ao Ensino Regular pelo Poder Público, a partir de 2005.</p> <p>Item 3. Alterar redação: "Que o estado seja responsável em prover condições adequadas para o processo ensino-aprendizagem; instalações escolares (garantindo até 2006 que todas as escolas públicas funcionem em prédios públicos); equipar a biblioteca escolar com acervo bibliográfico atualizado e adequado para alunos e professores da Educação de Jovens e Adultos, equipar as escolas com recursos didáticos necessários ao seu funcionamento, garantir merenda escolar para os alunos da EJA.</p>
A Deliberação 07/01 desrespeita os direitos do aluno quanto ao aproveitamento de estudos, não reconhece a fé pública dos documentos oficiais.	
	Rever formas de avaliação Banco de Itens.
	Nos concursos públicos para professor que sejam contempladas questões sobre a EJA.
A exclusão provocada por diversos fatores: avaliação seletiva, discriminatória e excludente, ideologia capitalista, alienação. Analfabetismo funcional, premeditado pela classe dominante.	Inclusão através de avaliação diagnóstica e constante – o sistema educacional define-se claramente a problemática educacional, buscando de fato a solução, não a medição.
O descaso geral por parte das lideranças políticas à EJA, refletida nas estatísticas que demonstraram um aumento dos analfabetos funcionais, precariamente alfabetizados.	Mais atenção à EJA por parte do poder público, oferecendo material competente, cursos de capacitação aos professores, envio de verbas para a melhoria necessária.
Exclusão de pessoas por gênero, raça e por localização, na sociedade paranaense, por questões econômicas e/ou culturais.	Proporcionar o conhecimento dos valores humanos, mostrando que o gênero não pode ser a causa da discriminação e exclusão, bem como a raça ou a localização. Para isso o Estado precisa ofertar cursos de esclarecimentos à população discriminada com incentivos concretos e atraentes. Também o poder público precisa dar condições à população rural para participar dos estudos, através de políticas educacionais coerentes e transporte adequado.
?A população não alfabetizada vinculada às condições de renda. Para essa população deve-se ofertar o ensino mais atraente e qualificado. ?Falta de atendimento adequado a população não alfabetizada gerada nos processos de exclusão.	Proporcionar à população pobre, o "ensino rico", com materiais didáticos motivadores, educadores competentes, bem como condições satisfatórias de estudo.
A falta de diversificação nas formas de oferta da EJA, também a falta de participação efetiva da comunidade e do envolvimento das organizações da sociedade civil;	Diversificar as formas de oferta da EJA, com horários matutino e vespertino. É fundamental a efetiva participação de toda a comunidade e o envolvimento das organizações da sociedade civil. É necessário ainda, a produção de



	materiais de apoio didático, além da formação continuada de seus professores.
Os exames supletivos destinam-se a pessoas sem condições de freqüentar os cursos e que se candidatam a verificação de seus conhecimentos, com o intuito de certificação em nível fundamental e médio (...)	(...) desde que o candidato tenha se apropriado do conhecimento através de boas leituras, culturalmente bem informado ou que seja um autodidata.
	A pesquisa apresentada no diagnóstico deve ser regionalizada para estabelecer estratégias de acordo com a realidade.
	É necessário que o investimento (Fundo Rotativo) seja maior para EJA.
	Os CEEBJAS necessitam de um espaço físico construído pelo Estado de forma apropriada e adequada.
	Criar salas de alfabetização dentro dos órgãos públicos ou privados para os trabalhadores.
	Garantir EJA para os presídios ou privações de liberdade devido a doenças de longo período de restabelecimento.
	Unificar o calendário dos CEEBJAS com Unidades Penais.
	Reativar escolas que ofertam E.F. noturno.
Incluir o repasse de verbas para as escolas da EJA , considerando o município onde o aluno estuda. EJA não recebe recursos financeiros, para garantir uma educação de qualidade.	Inclusão da EJA no FUNDEF. Inclusão da EJA no FUNDEB.
Espaço Físico próprio, uma vez que todos os CEEBJAS ocupam espaços improvisados.	Construção de Prédios, destinados às Escolas EJA, adequadas ao portador de necessidade especial.
	Investir mais na EJA, conforme recomenda a UNESCO (Conferência de Hamburgo, 1997).
	Que os alunos do EJA, independente da idade, tenham a liberdade de freqüentar a escola regular.

# Educação Profissional

	Calendário específico previsto desde o início do ano letivo.
	Que no prazo de 2 anos cada município com 10.000 habitantes no mínimo tenha um curso profissionalizante compatível com a realidade local.
No corpo do texto, feisar que a responsabilidade pelo ensino profissional é do Estado, embora as parcerias possam ser mantidas para viabilizar os estágios.	
	Apoio à implantação de cursos de Educação Profissional de nível técnico através de ações afirmativas de resgate da oferta desta modalidade de ensino na Rede Estadual, atendendo a demanda de cada localidade, considerando o perfil econômico das mesmas
	<b>Página 48</b> , 2ª coluna. Último item. Acrescentar após ponto final: ", usando recurso da Agência do Trabalhador, Serviço Social, Agricultura, Comércio e Indústria."
	Criação de espaços profissionalizantes, capazes de, na medida do possível, remunerar os educandos, atraindo assim os jovens que receberiam um incentivo enquanto se capacitam e em contra partida no contra turno estariam afastados da marginalidade.
No PEE não estão contemplados os seguintes pontos:  1. Política Pública Federal para a Educação Profissional. 2. Articulação com o Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. 3. Financiamento para a Educação Profissional. 4. Investimento nos Estabelecimentos de Ensino que ofertam a Educação Profissional. 5. Critérios para a Expansão da educação Profissional nos diferentes níveis: primário, secundário e terciário.	Que sejam incluídos os itens que estão relacionados na crítica ao lado.

	Definir política de estágios para os alunos da E. P.
	Estimular os alunos da E.P. a ingressarem no Ensino Superior.
	Necessita-se que as premissas da Educação Profissional art. 2º do Decreto 5154/04 se efetivem no Estado.
Criar espaços para que os funcionários da Educação com baixa escolaridade possam estudar e elevar sua escolarização.	
Criar uma comissão estadual para acompanhamento e avaliação dos Cursos profissionalizantes a partir de critérios preestabelecidos e de conhecimentos das instituições envolvidas	
Autonomia das escolas profissionais quanto a escolha dos docentes.	
Fazer estudos técnicos por região antes de implantar cursos profissionalizantes.	
Manter o curso de Magistério, porém assegurar as condições que garantam sua qualidade.	
	Promover cursos profissionalizantes voltados aos trabalhadores rurais, ao jovem do campo, aumentando assim o índice de alunos que terminariam o curso e usufruiriam os benefícios profissionalizantes em suas atividades rurais, não saindo do campo em busca de novas alternativas.
	Implantação de Cursos Técnicos em todos os Estabelecimento de Ensino que tiveram a preferência
	Abertura de Cursos Técnicos na área da agricultura.
	Interação das IES e Ensino Técnico Profissional
Página 49. 1ª coluna. Considerar na meta 4: O Decreto 2.208/97 (também citado na p.47) fala da organização curricular própria e independente do E. M. não mais está em vigência.	Alteração do Decreto 2.208/97 para o vigente 5154/04.
	Maiores investimentos na qualificação profissional do aluno da rede pública para que possa competir no mercado de trabalho. Propor ,por exemplo, ao CEFET, que garanta o maior número de vagas para as escolas públicas.
	Proporcionar a manutenção da Internet nas Escolas.

# Educação Especial

	Que o transporte dos alunos com necessidades educativas especiais seja realizado por órgão competente e não pela Educação.
	<b>Interfaces e Parcerias:</b>
	Permanência dos Recursos decorrentes de Convênio para um melhor desenvolvimento das ações das Entidades Filantrópicas Mantenedoras das Escolas de Educação Especial.
	Implantação de um espaço na rede pública de ensino com estrutura adequada para o atendimento especializado à pessoas dotadas de altas habilidades/superdotação, com recursos do setor privado.
	<p>Que se cumpra o disposto no PEE, principalmente no que diz respeito à eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas e com relação ao transporte.</p> <p>Que cumpram-se os item que dizem respeito à capacitação de profissionais e ampliação do número de equipe multiprofissionais, inclusive com especialistas em neurologia, pediatria e psiquiatria.</p> <p>Que haja consenso entre a política municipal e estadual e vice-versa.</p> <p>Que haja capacitação dos profissionais que atuam com DV nos métodos Braille e Sorobã.</p> <p>Que haja cursos de atualização para os profissionais atuantes em DV, DA e DM com periodicidade, não somente uma vez ao ano.</p> <p>Que haja melhor distribuição dos materiais e equipamentos nas áreas de DV, DA e DM.</p>
	<p>Dar continuidade a oferta de apoio e serviço especializado até quando houver necessidade, respeitando as diferenças individuais dos alunos com necessidades educacionais especiais.</p> <p>Os projetos políticos pedagógicos, adaptações curriculares, flexibilização curricular, acessibilidade dentre outros, são fatores que devem ser observados também pelo sistema político educacional e sociedade.</p>

<p>Através de leitura e discussões com diretores de escolas especiais conveniadas, escolas municipais e estaduais quanto ao PEE, ficou claro para o grupo a importância deste plano que vem para esclarecer que o planejamento de inclusão educacional é gradativo e exige planejamento e mudanças sistêmicas desde o âmbito político-administrativo até o âmbito de sala de aula.</p> <p>Alguns pontos foram considerados com maior ênfase como:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Terminalidade educacional.</li> <li>2) Políticas que promovam a inserção dos jovens e adultos com necessidades especiais no trabalho.</li> <li>3) Formação continuada.</li> <li>4) Oferta de disciplinas e/ou conteúdos relacionados a educação especial nos cursos de nível médio e superior.</li> <li>5) Garantia de transporte.</li> <li>6) Envolvimento de profissionais da área de saúde para debates em discussões.</li> <li>7) Eliminação de barreiras arquitetônicas.</li> <li>8) Inclusão da Educação especial nos Regimentos Escolares.</li> <li>9) Divulgação das novas políticas e ressignificado da Educação Especial para a sociedade que ainda tem visões assistencialistas.</li> <li>10) Flexibilização do sistema educacional vigente quanto as adaptações curriculares.</li> </ol>	<p>Que em 2 anos todas as capacitações da SEED contemplem a E.E.</p>
<p>Falta de capacitação dos educadores para receber os alunos com necessidade educativa especiais.</p>	<p>?Capacitar o professor para receber esse aluno e conseqüentemente realizar um trabalho efetivo e adequado a sua necessidade. ?Investir na capacitação (formação continuada do professor de educação especial</p>
<p>Falta de recursos para as escolas especiais por parte do governo.</p>	<p>Existe a necessidade de atendimento educacional especializado como: Psicólogos, Fonoaudiólogos, etc... para detectar e direcionar o trabalho do docente na sala de aula.</p>
	<p>Prever nos programas dos cursos de graduação de todas as áreas, uma abordagem sobre a forma de trabalhar com portadores de necessidades especiais, através de disciplina específica e obrigatória.</p>

Prevenção deve ser contínua (vacinação de rubéola)	Parceria com a Saúde, meios de comunicação, escolas, igrejas etc.
	Implantação gradativa do período integral
	Legalizar a terminalidade específica levando em conta as inteligências múltiplas.
	Educação Profissional, parcerias com Secretaria de Trabalho para o preparo e acompanhamento dos alunos que ingressam no mercado de trabalho.
As adaptações curriculares tanto de pequeno porte como de grande porte só ficam no papel, pois os professores do ensino regular apresentam dificuldades em colocar em prática.	Que a abertura de centros, escolas, salas para atender alunos com necessidades educacionais especiais não seja tão burocrática. .
O estado não envia material de apoio para professores do ensino especial; ficam à deriva.	Que haja um profissional especializado para dar atendimento a alunos inclusos no ensino regular ou cursos de capacitação de educação especial que envolvam todos os professores que trabalham com o aluno.
O processo de inclusão na rede de ensino exige planejamento e mudanças, tanto no âmbito político-administrativo como no de sala de aula.	Abertura de salas de recursos nas escolas estaduais para alunos com necessidades especiais.
Os alunos portadores de necessidades são marginalizados e muitas vezes os professores do ensino regular, não sabem como trabalhar e querem mandar para a escola especial.	Melhor localização das classes especiais dentro da escola ( adequação do espaço Físico) e apoio psico-pedagógico.
Alunos portadores de necessidades especiais encontram barreiras ao acesso nas escolas regulares.	Mais rapidez e fazer valer no que se refere acessibilidade nas edificações com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, mobília e nos equipamentos apoio docente e de equipe técnico especializado.
<b>Página 53.</b> Suprimir as tabelas 9, 10 e 11 e seus respectivos textos.	
Educandos com superdotação, condutas típicas de síndromes neurológicas e quadros psiquiátricos e psicológicos graves, problemas de aprendizagem sem causa orgânica ficam excluídos da Educação Especial.	Capacitação para professores que trabalham com alunos superdotados.

# Educação Indígena

<p style="text-align: center;"><b>Página 62</b></p> <p>1. Suprimir a <b>meta 17</b> pois já está implícita na meta 5.  <b>2. Item 10.</b> Deve ser revisto ou incluído no item 4. As disciplinas de Educação Artística e Educação Física devem contar com professores habilitados.</p>	
<p><b>Entre os objetivos e metas no item 10</b> deve ser revisto ou incluído ao item 4 onde Ed. Artística e Ed. Física são áreas que devem ter professores habilitados nessas áreas no período exigido neste item.</p>	
	<p>Considerar e incluir em local apropriado do texto, as seguintes sugestões:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dar acesso à todas as comunidades indígenas aos materiais produzidos pelas demais comunidades indígenas que partilhem do mesmo padrão cultural.</li> <li>2. Possibilitar instrumental , técnico e financeiro para a confecção de materiais didáticos pedagógicos (como documentários em vídeo/DVD) sobre cultura indígena local, direcionada para a discussão/afirmação de sua identidade indígena. Esses documentários deverão ser editados, posteriormente, usando apenas as falas indígenas como “narradoras” garantindo sua afirmação cultural.</li> <li>3. Lutar pela inclusão do bilingüismo (português/ língua indígena) nas escolas de Rede Pública.</li> <li>4. Promover uma discussão com as comunidades indígenas, visando a alteração do nome das Escolas Indígenas (aquelas cujo nome não tenham sido escolhidos pela comunidade).</li> <li>5. Instituir a EJA nas escolas indígenas.</li> </ol>
<p>Construções de salas de aula em todas as modalidades de ensino, desde que haja necessidade.</p>	<p>Se o professor é capacitado não precisa ser substituído por um professor indígena .</p>
<p>Salas de apoio em todas as modalidades de ensino desde que haja necessidade, respeitando o porte das escolas .</p>	<p>O concurso público para preenchimento de vagas deve ser garantido a participação de todos, independente da etnia cultural , desde que seja habilitado.</p>

# Educação do Campo

	<p>Em diretrizes político-pedagógicas, considerar: A idéia de desenvolvimento do campo que priorize o ser humano e o campo como um lugar de vida, de trabalho, de lazer, de produção econômica, cultural e de conhecimentos está vinculada à luta e resistência dos povos do campo para ter acesso à terra ou permanecer nela, e implica em concebe-lo como parte fundamental do desenvolvimento do país. Esta questão diz respeito somente a questão de nomenclatura e não de definição de políticas educacionais comprometidas com esta área de um município. Esta compreensão de campo ressignifica a concepção de educação do campo, que supera a visão que historicamente vem se colocando como educação rural e escola rural.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Página 68</b></p> <p><b>1ª coluna, objetivo 4 e respectivas metas, considerar as propostas abaixo:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Efetivar uma política educacional pública do campo, comprometida e efetiva. Dependendo da extensão rural do município, isto somente se torna possível com a nuclearização de algumas comunidades.</li><li>2. Garantir merenda escolar de qualidade para os alunos das escolas do campo, duas vezes por período (Ex.: café matinal e lanche normal ou almoço e lanche normal para o período da tarde e janta e lanche para o noturno, quando a meta referente ao transporte não for atingida, viabilizando a aquisição da mesma através se convênios com pequenos produtores da região, no prazo de 3 anos.</li><li>3. Criar cursos técnicos/profissionalizantes de nível médio gratuitos ou com ajuda de custos e subsequente através da pedagogia da alternância, de acordo com a demanda local, nas diversas áreas do conhecimento, localizados no campo, no prazo de 5 anos, em conformidade com o art. 3º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.</li><li>4. Viabilizar escolas no campo, próximo a residência dos alunos, conforme art.53, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, no prazo se 8 anos, quando não comprometer a qualidade do ensino e quando possível.</li><li>5. Elaborar critérios diferenciados para abertura e manutenção de turmas e de escolas no campo, atendendo a demanda, no prazo de 2 anos. Ex.: distância, profissional</li></ol>



	<p>habilitado.</p> <p><b>1ª coluna, 1º item.</b> Metas. Acrescentar no início: Promover espaços para a construção de materiais...</p> <p><b>Último item, alterar:</b> Diminuir o prazo para 5 anos.</p> <p><b>2ª coluna.</b> Acrescentar aos itens já existentes: Extinguir o programa Agrinho e dar oportunidade e recursos para os professores construir material referente a temas sobre a questão da terra, meio ambiente, agroecologia e outros.</p> <p><b>2ª coluna. Metas do objetivo 3.</b> Sugestão: que haja concurso público para todos os níveis e modalidades, com questões referentes à Educação do Campo, mas que não seja específico para a Educação do Campo.</p> <p><b>Em metas, acrescentar em local apropriado:</b> Revisão dos livros didáticos, os quais não contemplam a temática do campo e/ou têm uma idéia estereotipada de concepção de campo e cidade.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Página 69</b></p> <p><b>Nas metas referentes ao objetivo 4, 2ª meta:</b> Acrescentar : Viabilizar o transporte escolar dos alunos, <i>durante todo o ano letivo, conforme calendário escola ...</i></p> <p><b>Nas metas referentes ao objetivo 5, considerar:</b> Realizar intercâmbio entre alunos de Educação do Campo e Escolas Urbanas.</p>
	Promover concurso específico para a Educação do Campo, definido critérios quanto ao perfil dos docentes que deverão ter dedicação exclusiva a esta modalidade. Prazo: 5 anos.
	Retorno e revitalização das escolas rurais.
Reforçar, em <b>objetivos e metas</b> , as considerações e sugestões do relatório da página 37.	
Considerar que a proposta de municipalização incluiu, como medida administrativa de economia, a nuclearização das escolas. Nesse processo não foi respeitada a população do campo, a qual tem direito a uma educação de qualidade, com infra-estrutura adequada e com um currículo que contemple questões inerentes à sua realidade.	
Infra-estrutura das escolas	?Providenciar por intermédio do estado, o transporte escolar. Adequar a estrutura física.
?Falta qualificação por parte dos professores. ?Não garantia dos profissionais capacitados. (não há lotação e fixação)	? Capacitação aos profissionais da educação do campo. ? Abertura de vagas para concurso público (educação do campo)
	O Programa Educação do Campo, poderia ser na modalidade subsequente.

	Garantir lotação e fixação aos profissionais.
	Que as aulas de educação do campo, sejam distribuídas em 60% de aulas práticas e 40% de aulas teóricas.
	Que os conteúdos sejam voltados para a qualidade e agregação de valor dentro e fora da porteira, geração de emprego, meio ambiente, técnicas agrícolas, alimentação e artesanato.
Corrigir o desequilíbrio , gerado por repetências, consecutivas com tempo e currículo adequados , melhorando a qualidade do ensino aprendizagem.	
Garantia de capacitação(Mestrado) descentralizado dando condições de participação a todos os profissionais envolvidos com a educação.	
Falta de material de apoio aos alunos nômades;	Fornecer material ao aluno nômade (cigano, circense, indígena, etc) através de material didático diferenciado para acompanhar o aluno;
Prever a construção de prédios nos locais onde há o atendimento dos alunos.	Aparelhar as escolas rurais e abri-las à participação da comunidade, a fim de socializar os espaços escolares (laboratórios, quadras de esporte, etc.)
	Atender com prioridade , primeiramente as escolas que não possuem infra-estrutura básica: telefone, salas de aula ,laboratório de química , informática.

## Educação Básica – Currículo

Que não haja tantas modificações na grade curricular. Implementação de currículo único para a Educação Básica.	
	Organização diferenciada do currículo que assegure a identidade regional.
	Mais espaço nas matrizes curriculares da Educação Básica para as disciplinas básicas.
	O currículo deve ser adaptado às necessidades dos alunos.
No diagnóstico quando comenta o artigo 39 da LDB 9.394/96, preocupamos com a compreensão dos fundamentos científicos –tecnológicos , processos produtivos relacionados a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.	O Currículo diferenciado deve ser restrito aos cursos profissionalizantes, pois o aluno vai optar pela profissão. E durante o ensino regular ele deve receber o mesmo currículo do estado para ter oportunidade de competitividade num mercado maior.
Quanto à elaboração de um currículo para as “classes populares”, entendemos que esta proposta é discriminatória, pois todos devem ter o mesmo nível de conhecimento.	
Criar programas e currículos específicos para a educação do campo e educação indígena.	
Desenvolver currículos que norteiem a educação básica sem desrespeitar as diversidades étnicas e culturais.	
Ter cuidado na redação de todos os textos do PEE, pois muitos repetem idéias e conceitos retirados dos PCNs.	
O tratamento dado pela SEED à questão da oferta de língua estrangeira no currículo escolar, remonta idiomas expressivos na ordem mundial de 30 anos atrás (inglês), sem levar em consideração os fatores geopolíticos e as novas tendências de organização mundial e relações entre as nações (Mercosul).	Incentivar o espanhol como língua estrangeira moderna.
	Incluir uma disciplina de Língua e Cultura Indígena no Currículo Básico dos Escolas da Rede Pública. Essa disciplina deverá constar de uma aula semanal, tratando sobre a língua/ cultura indígena local existe ainda ou que tradicionalmente ocupa a região.

	Construção da Diretriz Curricular para a Educação Infantil em 2005.
	Colocar em prática o currículo multicultural através do PEE.
	Os currículos atuais não contemplam os interesses das classes populares.
Respeito à autonomia das escolas na definição de seus currículos.	

# TEMAS

## Profissionais da Educação

	Assegurar a formação dos docentes nas áreas de legislação e ciências humanas.
O PEE não contempla a realização de concurso público para profissionais da educação infantil.	Realização de concurso público em caráter de urgência para atender as demandas da educação infantil.
Falta de profissionais preparados para trabalhar o multiculturalismo. Falta de material que assegure um acervo bibliográfico e didático que contemple a diversidade cultural. Falta de políticas educacionais que atentem para as características regionais do estado do Paraná, principalmente no que diz respeito às etnias.	
	Instituir Plano de Carreira específico para docentes da Educação Infantil, estabelecendo com clareza qual será a fonte de recursos para sua manutenção.
	Atendimento descentralizado do SAS
	Reativação imediata do IPE.
	Estabelecer um percentual mínimo obrigatório (recursos financeiros) para Educação Infantil.
	Diminuição dos dias letivos para 180 dias, deixando no calendário o mínimo de 20 dias para propiciar formação continuada, inclusive no âmbito escolar;
	Garantir a formação necessária, no mínimo habilitação de curso superior em pedagogia, para os profissionais da educação com formação incompatível para atuarem na educação infantil e fundamental.
	Implantar um plano que valorize o bom funcionário: assíduo, pontual, comprometido com as funções do cargo que ocupa, que mantenha boas

	relações humanas, agindo com respeito e ética para com os demais colegas, alunos, pais, enfim para com toda a comunidade
	Assegurar vale- alimentação aos professores.
<p align="center"><b>Página 75</b></p> <p>Sobre o ensino à distância (ver página 75, 2ª coluna), observamos que não é viável encontrar meios para que o magistério paranaense reduza ou acabe com a falta de formação mínima estabelecidos por lei através de cursos não presenciais.</p>	
<p align="center"><b>Página 76</b></p> <p><b>2ª coluna, 2º item.</b> Incluir: Após "Cursos de nível médio" incluir a expressão: " regulares e presenciais."</p>	
<p align="center"><b>Página 77</b></p> <p><b>1ª coluna, item inicial:</b> Substituir "especialização pessoal" por "especialização profissional".</p> <p>1ª coluna, penúltimo item. Suprimir todo texto. Defendemos a reativação imediata do IPE.</p> <p><b>1ª coluna, penúltimo item.</b> Suprimir "fisioterapeutas, psicólogos e fonoaudiólogos".</p>	
<p align="center"><b>Página 78</b></p> <p><b>1ª coluna, 3º item.</b> Alterar "Promover Encontros Pedagógicos entre professores de quarta e quinta série..." para "Promover Encontros Pedagógicos entre professores de primeira a quinta série..."</p> <p><b>1ª coluna, penúltimo item.</b> Suprimir todo texto.</p>	
<p align="center"><b>Página 79</b></p> <p><b>1ª coluna, 2º item.</b> Manter "Que todas as escolas tenham carga horária de direção, orientação e supervisão." Suprimir o restante.</p> <p><b>1ª coluna, 2º item.</b> Observamos que um único psicólogo por núcleo é muito pouco. / Oferta de psicólogo para atender as escolas estaduais por município.</p> <p><b>1ª coluna, último item.</b> Suprimir a palavra "preferencialmente" do texto.</p> <p><b>1ª coluna, último item.</b> Suprimir todo texto.</p>	<p align="center"><b>Página 79</b></p> <p><b>1ª coluna, último item.</b> Incorporar: Somente admitir nas funções técnico – pedagógicas profissionais que possuam cursos de graduação em pedagogia. ( Retirar do texto... <i>qualificações exigidas no artigo 64 da LDB</i>).</p>
	Criação de curso para formação de gestores dentro de uma perspectiva democrática.
	As quarenta horas do professor deveriam ser assim divididas: 20 horas em

	sala-de-aula e 20 horas para estudos e pesquisas.
	Incentivos fiscais para docentes que desejam fazer cursos de pós graduação.
Oferta de capacitação para os profissionais da educação acompanharem o desenvolvimento tecnológico e científico.	Oferta de qualificação a nível de pós-graduação, mestrado e doutorado, gratuito ou com baixo custo financeiro aos profissionais da rede pública estadual. Que haja bolsa auxílio, ou licença remunerada para capacitação, de no mínimo dois anos, visto que um curso de mestrado tem essa duração mínima. Criar licença periódica remunerada para efetivação a nível de Mestrado e doutorado. Formação continuada aos professores com oficinas práticas e centralizadas no NRE. Oferecer vagas de concurso para um profissional capacitado para cuidar, orientar e atuar no laboratório de ciências, física, química e biologia (laboratorista). Disponibilizar um profissional técnico, para atuar no laboratório de informática, preparando e auxiliando o professor nas aulas práticas.
Que a formação continuada aconteça dentro das escolas e outras instâncias, discutindo as dificuldades existentes de acordo com suas necessidades de forma coletiva com parceria das Universidades.	A formação continuada dos docentes e funcionários deverá se caracterizar por encontros coletivos organizados em semanas pedagógicas na própria escola onde atua, no início do ano letivo e no início do 2º semestre.
Garantir tempo/ liberação para os trabalhadores em Educação participarem de atividades sindicais que ocupam cargos como: presidente; vice presidente; secretário e tesoureiro.	Garantir hora- estudo para equipe pedagógica e demais funcionários da educação
	No diagnóstico e demais locais do texto onde for apropriado, considerar a necessidade de reformulação urgente do sistema de avaliação do desempenho profissional.
Necessidade de substituição para professores e funcionários com licença médica (com 15 dias ou menos). Perícia médica ineficaz. Atendimento do SAS a nível Estadual e não Regional.	
	Valorização dos Títulos Pós- graduação na área específica em caso de CLT e PSS.
Fornecer licença remunerada para estudos e pesquisas. (mestrado, doutorado)	
Rever datas de distribuição de aulas, para que todos assumam no mesmo período.	

	Abertura no calendário escolar de espaço para discussão pedagógica.
	Cursos de capacitação inclusos no Calendário escolar.
	Hora-atividade organizada de acordo com as necessidades das escolas.
Garantir às escolas o atendimento de profissionais das áreas: psicologia, fonoaudiologia, terapeutas, assistentes sociais etc.	
	Capacitação para professores nas áreas culturais (teatro, dança, artes, música).
Capacitações longas, não têm se apresentado eficazes. Capacitação para administrativo e serviços gerais.	Que as capacitações continuadas sejam efetivadas em calendário, sejam de menor duração, mas que não comprometam o descanso garantido dos professores.
	Reformulação do PCCS prevendo licenças remuneradas para mestrado e doutorado.
A não exigência de projetos anuais para um trabalho significativo da Equipe Pedagógica, causa o esvaziamento das funções desses profissionais nas escolas, tornando-se obsoletas.	Ampliar a demanda para as equipes pedagógicas de todas as escolas. Criar normas que exijam projetos para atuação anual desses profissionais e mecanismos de avaliação dos mesmos, quando já executados.
O ensino das disciplinas exatas, tornaram os educandos menos reflexivos sobre suas vidas	Capacitar professores na área de filosofia, antes da efetivação na matriz.
Falta de valorização do professor com formação superior regido pela CLT que atua de 1ª a 4ª séries.	Volta do piso salarial e data-base aos profissionais da educação.
Há vários anos a questão da implantação de plano de saúde e/ou cumprimento não está sendo dada a devida importância	Implantação de planos de saúde em todos os municípios, para todos os profissionais da educação. Que os atendimentos do plano de saúde sejam extensivos a todos os tratamentos, independente da gravidade. Ressarcir as despesas pessoais se houver necessidade de deslocamento para centros especializados. Que haja programas de saúde específicos para prevenir a LER e doenças vocais entre os profissionais da educação.



## Financiamento/ Gestão/Infra-Estrutura

	Instituir mecanismos de avaliação interna e externa com a participação de todos os envolvidos no processo
	Garantia de continuidade dos projetos e programas quando da troca de Governo.
	A escola deve cumprir seu papel social e nele não está o assistencialismo - distribuir leite, alimentos, realizar festas para arrecadação de fundos, realizar exames médicos...
Aquisição de livros didáticos para todas as disciplinas de todos os níveis de ensino.	
	Implementar a criação de Conselhos Escolares com a participação da Sociedade Civil Organizada.
Aplicação dos recursos públicos exclusivamente nas escolas públicas.	
Nas diretrizes deste item fala-se em equidade. Lembramos que esta não é garantia de IGUALDADE.	
	Garantir que o salário-educação seja repassado com base na matrícula inicial.
Nas diretrizes, observar: Descentralizar e desburocratizar os recursos e dar autonomia às unidades escolares não pode ser sinônimo de descompromisso do Estado, enquanto gestor financeiro das verbas para a Escola Pública.	
	Atualizar o acervo das bibliotecas das escolas a cada triênio, assegurando qualidade e quantidade de livros de literatura para alunos, bem como livros técnicos para professores;

<b>Página 85</b> 1ª coluna, 3º item. Suprimir "...sociedade civil, trabalhadores",	
<b>Página 88</b> 1º § e seguintes. Faltam referenciais que sustentem o texto. As tabelas são ilegíveis.	
	Ao final de 5 anos, pelo menos 50% das escolas estaduais terão seus laboratórios de informática, com pelo menos 40 computadores.
Fora do PEE o Estado deve definir critérios para a aplicação da LRF ; um dos itens é não contar os inativos como custo aos cofres públicos como salário, visto que na atividade os mesmos contribuíram para formação do fundo, sendo mal gerido pelo gerente indicado pelo estado sendo desviada sua função para construção de Escolas, pontes, hospitais e como tal hoje deve ser retirada do orçamento para pagamento dos inativos;	
	Não discriminar as escolas de menor porte.
	Ampliar os recursos do fundo rotativo para as escolas.
	Maior independência das políticas públicas para a educação em relação ao Banco Mundial e ao BID.
Falta de clareza quanto aos percentuais de recursos destinados à educação.	Aumento de 30% no investimento global em educação no Estado.
	Mudar o conceito de "gastos públicos com a educação" para "investimento público em educação".
	Estabelecer convênios com IES públicas e privadas, visando a formação dos professores.
Efetuar até 2006 o mapeamento e levantamento da população de 07 a 14 que está fora da escola.	
Acesso dos gestores ao orçamento da Educação.	
A reorganização da gestão exige aliança ente o Executivo, o Legislativo, Sociedade Civil e Comunidade Escolar, afim de eleger e executar uma política unitária que consiga superar os interesses de uma determinada gestão do Estado.	
Nos textos é utilizado o termo <b>princípios</b> , o qual deverá ser substituído por <b>competências</b> , gerando assim um comprometimento maior nas ações a serem cumpridas pelo Estado	Descentralizar entre os Municípios do estado o processo de escolha do Presidente do Conselho do FUNDEF.
Municipalização dos Recursos Financeiros destinados à Educação, não tem mostrado bons resultados.	Transparência e Divulgação dos valores financeiros aplicados na educação enviando mensalmente um boletim informativo as escolas da rede estadual de educação.

Verba por número de matrícula de acordo com o senso do ano anterior	Enviar verbas para adaptações das Escolas para atendimento do aluno portador de necessidade especiais em toda a Educação Básica.
DECOM deveria ser mais ágil para resolver com maior rapidez os problemas de construções e reformas.	Verba de acordo com o poder aquisitivo dos alunos de cada região sem levar em conta o porte da escola.
Rever o estatuto da criança e do adolescente para assegurar responsabilidade ao educando e melhorar o desempenho do gestor.	Desvincular o espaço físico estadual do municipal.
	Prever ampliação das demandas para equipes pedagógicas. Realizar concursos públicos para suprir estas vagas.
	Merenda Escolar com alimentos naturais dando prioridades para os produtos da região.
	Expandir as salas de apoio à aprendizagem à outras turmas, minimizando a repetência e evasão( contraturno em tempo integral )
	Adotar políticas públicas ao invés de políticas partidárias.
	Assegurar demanda suficiente para as equipes pedagógicas, administrativas e serviços gerais, de acordo com a realidade e padrão da escola.
	Maior segurança para as escolas – vigias noturnos / fiscais de alunos / patrulha escolar
	Manter parceria Estado e Municípios. Favorecer também os municípios menores.
Escolas do interior com infra-estrutura sempre inferior às cidades.	
As Secretarias de estado precisam trabalhar interligadas, isto não acontece.	
Adequar o calendário escolar torna-se inviável, pois há dependência do calendário municipal - muitas vezes suspende-se o transporte escolar antes do término do período letivo.	
Nem sempre, a escolha dos dirigentes das escolas, dos Conselhos Escolar, do Grêmios, das APMs, são de forma democrática.	É preciso dispositivo legal mais rigoroso, para que se tenha respeito ao espírito democrático nas escolas.
Não há mudanças significativas nas práticas de gerenciamento ou pedagógicas dos estabelecimentos de ensino, propostas nas capacitações	Que sejam cobradas, por parte da SEED, mudanças, propostas nas capacitações, principalmente dos dirigentes, equipe pedagógica e dos professores.
Bibliotecas não funcionais, acervo ultrapassado, laboratórios inexistentes.	Parcerias com as editoras para que as mesmas apliquem parte do ICMS ou outros impostos, em doações de obras. Parcerias com as prefeituras municipais para criação de bibliotecas municipais, ou atualização do acervo já.

Propostas pedagógicas desatualizadas e incompatíveis com a clientela real.	Criar dispositivos legais que exijam das escolas, atualização das suas Propostas Pedagógicas.
Não há uma única política educacional definida para a educação.	O Estado deve definir com clareza qual é a política educacional adotada pela sua rede, que deve se voltar para os alunos em situação de miséria. Isto porque, os envolvidos na Educação paranaense não têm essa clareza.
Muitas escolas têm um número reduzido de computadores, não conectados a internet e as que possuem laboratório não o utilizam por falta de assistência técnica e capacitação.	Implantação urgente de capacitação tecnológica para todos os profissionais da educação. Disponibilizar mais computadores para as escolas.
Escolas sucateadas e materiais pedagógicos obsoletos ou inexistentes.	Criação de dispositivos legais para uma efetiva “descentralização” dos recursos para destinados à Educação para que as escolas garantam a aquisição desses materiais e a qualidade dos mesmos.

## Meio Ambiente

	Incorporar em local apropriado do texto, a seguinte frase: “ fazer com que as feiras de ciências abordem os problemas ambientais de forma a propor soluções para problemas locais diagnosticados no cotidiano.
	Incorporar em metas/objetivos: a criação de centros de ciências.
	<p style="text-align: center;"><b>Página 111</b></p> <p><b>Item 2 :</b> Implantar, em dois anos, a dimensão ambiental em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, através de projetos fiscalizados pela direção, com recursos financeiros para a execução e remuneração para o professor, oportunizando a melhoria da qualidade de vida do ambiente urbano e rural.</p> <p><b>Item 4 :</b> Garantir a inserção da dimensão ambiental nos projetos políticos pedagógicos das escolas em todas as disciplinas.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Página 112</b></p> <p><b>Item 23:</b> Conscientizar sobre a importância da agricultura orgânica, cultivando-a para o consumo na merenda escolar.</p> <p><b>Item 24.</b> Que as cantinas devem oferecer produtos e alimentos naturais e de</p>

	origem orgânica e devem ser orientadas por nutricionista.
	Que os educadores de todas as áreas de ensino conscientizem os alunos da preservação do meio ambiente, a própria escola deve adotar métodos e práticas de preservação e conservação do meio ambiente.
Falta de materiais de pesquisa, sobre o meio ambiente.	Incluir a disciplina de Meio Ambiente na matriz curricular.
	Criar Parcerias com Emater, Prefeituras (Conselho Municipal do Meio Ambiente) e outros órgãos afins, para que estes forneçam subsídios para o trabalho na educação.
	As taxas cobradas relacionadas ao meio ambiente sejam revertidas em prol do município no momento da cobrança.
	Parceria com o SEBRAE, para ofertas de cursos aos pequenos agricultores (manutenção e preservação de minas).

## Saúde e Sexualidade

<b>Página 114</b>	Corrigir " Esta visão vem de encontro...".
<b>2º§ e seguintes.</b> Saúde e Sexualidade vem de encontro a Lei n.º 6108/2002 a pergunta é: a visão concorda ou discorda da Lei?	
<b>Página 117</b>	Desenvolver e estruturar programas em âmbito escolar sobre: Educação para a saúde e Sexualidade.
<b>2ª coluna, antepenúltimo item.</b> Saúde e Sexualidade – metas onde se lê "Opções Sexuais "Corrigir. Não é questão de opção e sim uma resposta comportamental	
Atualmente nas escolas, a cantina comercial, é comercializado produtos industrializados (doces, salgados, refrigerantes) é que cientificamente prejudicam a saúde.	Fazer cumprir o que determina a lei 10.054, que dispõe sobre o funcionamento de cantinas comerciais nas escolas da rede estadual, regulamentada pela resolução 2.969/92 em seu Capítulo I – Art. 2º "A cantina comercial não pode ser deseducativa" e na sua alínea "a" que desaconselha o seu funcionamento quando se constatar "descuido quanto ao caráter nutritivo e de higiene dos alimentos ofertados". É importante colocar em prática. Esta resolução sobre a cantina comercial nas escolas, para uma alimentação saudável dos alunos.

<p>Não há preparo para trabalhar com homossexualismo.</p>	<p>Qualificar melhor o profissional de educação através de curso, para trabalhar a questão de homossexualismo no ambiente escolar (sala de aula). Seminários, palestras com orientações para orientar os alunos, família, professores, na questão da homossexualidade. Trabalhar preconceito na questão (homossexualismo) drogas ilícitas e não ilícitas, HIV. Prevenção de DSTs e anticoncepção: palestras e informações.</p>
	<p>Trabalhar o tema desde as séries iniciais como parte integrante das disciplinas que mais se relacionam ao tema: Ciências, Biologia, Química, Filosofia e Sociologia, entre outras.</p>
	<p>Psicólogos e Assistentes sociais disponíveis nas escolas</p>
<h2>Esporte</h2>	
	<p>Viabilização de recursos para escolas realizarem um projeto favorável a construção de ginásio poliesportivos; Enviar às escolas material esportivo necessário para a prática desportiva, principalmente para os esportes olímpicos, pois que as escolas são responsáveis pela iniciação básica de grandes talentos.</p>
	<p>Sugerimos a manutenção da disciplina de Ed. Física, com profissionais habilitados e comprometidos que desempenham uma proposta objetiva para o esporte proporcionando atividades físicas, recreativas e pré desportivas voltadas para a formação do indivíduo. Viabilizando espaço físico e matérias principalmente nos estabelecimentos de ensino que ofertam Educação de Jovens e Adultos.</p>
	<p>Que retorne a Hora Treinamento (no esporte), com isso diminui evasão e reprovação</p>
	<p>Esclarecer a questão da dispensa do aluno da prática das aulas de E.F. Note-se que a lei protege mais a dispensa do que a própria obrigatoriedade das aulas práticas.</p>

	Rever os currículos da disciplina de Educação Física.
	Adequar o sentido dado a este texto (esporte escolar visto em consonância com as concepções do PNE e da LDB) com as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental. Há divergências entre as proposições.
	<p><b>Incorporar ao texto as seguintes definições/concepções e proposições:</b></p> <p><b>Esporte Social:</b> fator de inclusão social ( para que haja realmente a inclusão de alunos, fica claro que, primeiramente, o professor tem que estar preparado para receber estes alunos, sendo que o Estado tem que investir em cursos e equipar as escolas, dando um suporte para que o professores realmente consiga realizar seu trabalho)</p> <p><b>Esporte educacional:</b> No que se refere à revitalização dos jogos estudantis e universitários, devemos buscar a hora treinamento, pois somente através desta conquista é que realmente poderemos ter essa política global. O professor não poderá utilizar suas aulas de Educação Física para preparar o aluno para uma competição. Estas aulas são destinadas à inclusão social, proporcionando vivências esportivas, atividades de lazer, recreação e conhecimento do próprio corpo.</p> <p><b>Esporte de rendimento:</b> Durante as aulas de Educação Física não se deve trabalhar o rendimento, por isso é que frisamos a importância da hora treinamento.</p> <p><b>Recreação e lazer:</b> itens que não podem estar fora do cotidiano das aulas de Educação Física. No que se refere ao aspecto social, vale ressaltar que a Educação Física contribui para a socialização do aluno, uma vez que na realização da prática esportiva, este aprende a se relacionar com os demais, respeitando regras básicas de convivência entre as pessoas e valorizando as relações humanas.</p> <p><b>Educação Especial:</b> lembramos que o Estado tem que propiciar ao professor todos os quesitos básicos para que a Educação Física realmente se concretize na Educação Especial.</p> <p><b>EJA:</b> No EJA há uma grande dificuldade na prática das aulas. Deveríamos ter, então, um apoio pedagógico mais amplo, como por exemplo, caderno pedagógico específico da Ed. Física.</p> <p><b>Educação Infantil e Ensino Fundamental:</b> aulas ministradas por professores graduados na área de Educação Física.</p> <p>Ensino Superior: Educação Física deve integrar os currículos das IES a partir de 2005.</p>

	Garantir estrutura e materiais de apoio para a prática desportiva educacional em todas as escolas.
Falta de recursos materiais esportivos.	Profissionais habilitados desde a educação infantil.
Falta de parceria com o Município (Secretaria do Esporte).	Investimento direcionado para o esporte nas escolas públicas.
Falta de um trabalho consistente por parte dos profissionais que trabalham com o esporte	Parceria com os profissionais da saúde. Realização de exames médicos em todos os alunos no início do ano letivo a fim de avaliar condições físicas para a participação nas aulas de Educação Física.
	Ampliação do acervo (livros, fitas de vídeo, CDs etc.)
?Favorecer a todos, o acesso ao esporte através de programas e projetos estaduais, municipais e privados, no prazo de 05 anos não condiz com a demanda de atividades previstas para 2005, devido à precariedade de espaço físico e matérias;	Dar condições para que seja trabalhado com os alunos portadores de necessidades especiais, para que haja uma progressão da socialização e rendimento dentro do ambiente escolar. Sendo necessário à qualificação dos profissionais e materiais adequados: espaço físico e livros didáticos como é oferecido em outras disciplinas; Viabilizar meios para obtenção de parcerias para realização de jogos municipais e intermunicipais.

## Educação para a Paz

Mais segurança para os professores, em face a nova realidade social.	
Maior cuidado com o uso dos meios de comunicação social como recurso didático.	
Zelar pelo cumprimento do ECA em todos os estabelecimentos de ensino.	
Maior número de policiais na Patrulha Escolar e ampliação do diálogo entre a SEED e a PM.	
	Viabilizar grupos de estudos e demais instrumentos de formação com a finalidade de discutir documentos como o ECA, os PPP das escolas, os regimentos escolares, o Estatuto do Idoso.
Ampliar interação entre escola e comunidade.	Proibir a venda de bebida alcoólica próxima às escolas. Patrulha escolar constante. Conselho de segurança nos bairros.



Ampliar interação entre escola e comunidade.	<b>Página 104</b> –1º § - criar a disciplina: " Educação para Paz".
<b>Página 102</b> Diagnóstico - 3º parágrafo - Em relação ao dado do IBGE (...) 55% das meninas brasileiras(...). Considerando ser um índice elevado, questiona-se: - <i>Em que ano realizou-se a pesquisa?</i> 4º parágrafo - Dado incorreto: 705 milhões de trabalhadores(...)	<b>Página 105</b> Inserir logo acima ao parágrafo <i>Embora várias escolas(...)</i> o seguinte parágrafo: O N.R.E. de Telêmaco Borba fez um trabalho semelhante, obtendo dados similares, tomando, entre outras, as mesmas medidas citadas, excetuando, neste caso, as IES.
<b>Página 103</b> Não consideramos a família e a escola como principais geradores de violência. Entendemos que estas instituições reproduzem a violência gerada pelo modelo político e econômico em que estão inseridas. <b>6º §.</b> Na citação de MOREIRA, 1995, p.98: Consideramos que não é só a escola pública brasileira que mantém o status quo, inviabilizando a superação das desigualdades, mas também a família, a religião, ou seja, o sistema como um todo.	
<b>Página 107</b> <b>Objetivos e metas. Item 1.1.</b> mudar o prazo de dois para cinco anos; 1.6 – substituir o Fórum Municipal por um Fórum Estadual. <b>Objetivos e Metas. Item 1.3.</b> De acordo com a análise das escolas, o prazo para capacitação dos profissionais da educação foi considerado muito longo tendo em vista a urgência de enfrentamento da violência.	Garantir às escolas que recebem menores infratores apoio de equipe multidisciplinar a ser constituída pelos órgãos e entidades governamentais.
<b>Página 108</b> <b>Item 3.</b> Não podemos esperar cinco anos, por mudanças que venham a melhorar a qualidade do ensino. Que o tema paz deixe de ser trabalhado como uma utopia para sociedade atual <b>Item 8.</b> Não consideramos como responsabilidade da escola: - <i>investir</i> na capacitação (...) - <i>articular-se</i> (...). Quais secretarias? Essa articulação deverá partir das Secretarias de Estado para que ocorra de maneira mais ampla e eficaz. - <i>formar</i> os professores (...). A escola participa, incentiva e cria espaço de reflexão. <b>Item 8 :</b> - <i>efetivar</i> a proposta de trabalho (...). Explicitar que proposta de trabalho, que tipo de cooperativa e como isso ocorrerá.	Garantir a continuidade de projetos relevantes na transição de governos.
<b>Pág. 108</b> – item 8 – pontos 3, 4, 6	Retirar esse pontos relativos à Educação Especial. Eles devem ser contemplados no Tema próprio.

Pág. 108 – item 8 – último item.	1. Acrescentar, após “agentes transformadores...” através do protagonismo infante – juvenil. 2. Acrescentar: ...“Grêmio Estudantil” (como órgão representativo)
	<b>Página 108 - último item</b> - acrescentar após APMFs “ <i>Conselhos Escolares e Grêmios Escolares</i> ”
	incluir nos objetivos e metas da SEED, a definição das atribuições dos permissionários (caseiros) no contexto escolar.

# Ciência e Tecnologia

	<p align="center"><b>Página 31</b></p> <p><b>2ª coluna, item 1-</b> Implementar e consolidar políticas de formação continuada para todos os profissionais que atuam nas diferentes modalidades, adequadas aos novos padrões sociais, culturais, científicos e tecnológicos, garantindo o acesso aos recursos disponíveis e necessários à educação humana.</p> <p><b>2ª coluna, último item.</b> Adequar , implementar e subsidiar financeiramente laboratórios de informática, Química, Física e Biologia nas escolas de ensino fundamental e médio e capacitar os professores para o uso dos mesmos.</p> <p><b>2ª coluna, 3º item.</b> Ao abrir parênteses, acrescenta-se cursos de extensão.</p> <p><b>2ª coluna, 7ª item.</b> Incluir bibliotecas virtuais.</p>
	<p align="center"><b>Página 32</b></p> <p><b>1ª coluna, 1º item.</b> Substituir a palavra " sala " por "classe".</p> <p><b>1ª coluna, 2º item.</b> Retira-se a palavra meia e coloca-se " um meio".</p> <p><b>1ª coluna, 3º item.</b> No lugar de imprimir coloca-se desenvolver um novo perfil.</p> <p><b>1ª coluna, 4º item.</b> Incluir as instituições que gerenciam a educação ( SEED, NRE's )</p> <p><b>1ª coluna 5ª item.</b> Acrescentar: Câmara digital, filmadora, equipamento de som, data - show e incluir também as instituições que gerenciam a educação.</p>
Que este tema seja tratado de forma integrada aos níveis e modalidades de ensino.	
	Deve-se articular o tema ciência e tecnologia de forma crítica com a educação para o trabalho e com a formação de professores.
	Expandir a área de abrangência do Portal Dia-a-dia Educação, oferecendo treinamento aos professores ou a grupos destes que possam atuar como multiplicadores.
Prever que a apropriação dos instrumentos e saberes sobre a evolução tecnológica e seus produtos dependem de aprendizado.	Construção de Laboratório de Informática e disponibilidade de recursos financeiros para manutenção e funcionamento dos mesmos, como também assegurar a contratação de profissionais com formação em informática para capacitar professores que atuarão nestes ambientes.
Colocar no PEE: "Faz-se poucos cursos de capacitação e que apenas ficam	Que as verbas para desenvolvimento e evolução de projetos venham

<p>na teoria e recursos tecnológicos ofertados pela SEED ou uma empresa privada. Na prática não há como aplicá-los, pois a Escola Pública não dispõe desses recursos” .</p>	<p>diretamente para a Escola através das APMF'S.</p> <p>Valorizar os docentes, através de mestrados e doutorados, subsidiando-os para fazer estes cursos bem como progressão para os mesmos e reformulação da tabela do PCCV.</p> <p>Implantação e aplicação de recursos financeiros para projetos de pesquisas comunitárias e nos campos científico e tecnológico e que o Estado e o Governo Federal apliquem os recursos que são destinados para este fim.</p> <p>Cumprir de fato as propostas e objetivos deste PEE tais quais estão.</p> <p>Equipar as escola com Data-Show.</p>
---	--